

RECLAMAÇÃO Nº 38.486 - MG (2019/0210384-4)

RELATOR : **MINISTRO MARCO BUZZI**
RECLAMANTE : ITAU UNIBANCO S.A
ADVOGADOS : IVAN JUNQUEIRA RIBEIRO E OUTRO(S) - MG069461
MARIANA CHAGAS LEITE NAVES - MG112247
ALEX FARIA PEREIRA - SP211023
RECLAMADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
INTERES. : MARILIA DE OLIVEIRA CUNHA CPF 533.777.026-87
ADVOGADOS : JOSÉ CAPONI DE MELO - MG005946
MÁRIO CÉZAR ZUCOLIM BELASQUE - MG046706

DECISÃO

Cuida-se de reclamação, com pedido liminar, ajuizada por **ITAÚ UNIBANCO S.A.**, com fundamento no art. 105, I, "f", da CF, contra decisão proferida pela Vice-Presidência do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.

Afirma o ora reclamante, que a decisão reclamada divergiu da orientação firmada no REsp n.º 1.497.831/PR, julgado sob a sistemática dos recursos repetitivos.

Sustenta que "(...) *Em Agravo Interno, o ora recorrente demonstrou que seu recurso tratava de questão diversa, vez que pleiteava o conhecimento da impossibilidade de cumulação do pedido revisional com o pedido de prestação de contas, enquanto o acórdão da Corte local havia determinado a limitação da taxa de juros e afastamento da capitalização.*" (fl. 7)

Requer, assim, a suspensão da decisão reclamada e, no mérito, a procedência da reclamação, para cassar o r. *decisum*.

O pedido liminar foi indeferido (fls. 2.121-2.122).

É o relatório.

Decide-se.

A reclamação **não** merece prosperar.

1. De início, registra-se que, nos termos dos artigos 105, I, "f", da Constituição Federal, 13 da Lei n. 8.038/90 e 187 do RISTJ, somente caberá reclamação quando um órgão julgador estiver exercendo competência **privativa** ou **exclusiva** deste Tribunal ou, ainda, quando as decisões deste **não** estiverem sendo cumpridas por quem de direito.

Ademais, consoante a jurisprudência desta eg. Corte Superior, o ajuizamento da reclamação, que constitui medida correicional, pressupõe a existência de um comando **positivo** desta Corte Superior cuja eficácia deva ser assegurada, protegida e conservada (*ut* Rcl 2784/SP, 2ª Seção, Relator Ministro João Otávio de Noronha, DJ 22/05/2009). A

propósito, o seguinte precedente:

PROCESSUAL CIVIL. RECLAMAÇÃO. DECISÃO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. DESCUMPRIMENTO. INEXISTÊNCIA.

1. Destina-se a reclamação a preservar a competência do STJ ou garantir a autoridade das suas decisões (art. 105, I, "f", da Constituição Federal c/c o art. 187 do RISTJ). Inexistindo comando positivo da Corte cuja eficácia deva ser assegurada por meio da medida correicional, deve ela ser julgada improcedente (...)"

Rcl 2784/SP, 2ª Seção, Rel. Min. **João Otávio de Noronha**, DJ de 22.5.2009.

RECLAMAÇÃO – DESCUMPRIMENTO DE ACÓRDÃO DO STJ – IMPROCEDÊNCIA.

1. A reclamação é recurso procedimental excepcional, só admitido quando a competência do STJ é objetivamente desrespeitada ou usurpada.

2. A Primeira Seção desta Corte, ao analisar conflito negativo de competência suscitado em demanda na qual se postulava o fornecimento de medicamento, concluiu que a Lei 10.259/01 autoriza a produção de prova pericial e que o Juizado Especial Federal detém competência para conhecer de ação em que Estado e Município figuram em litisconsórcio passivo juntamente com a União.

3. A decisão do Juízo do Juizado Especial Federal de excluir a União da lide não contraria provimento jurisdicional desta Corte, visto que não houve, no referido incidente, emissão de juízo de valor acerca da viabilidade de admitir-se intervenção de terceiros em sede de Juizado Especial tampouco sobre a legitimidade passiva ad causam da União, aferição esta que não encontra lugar em sede de conflito de competência.

4. Reclamação julgada improcedente.

(Rcl 3.592/SC, Rel. Min. **Eliana Calmon**, Primeira Seção, julgado em 28.10.2009, DJe 10.11.2009)

PROCESSUAL CIVIL. AUSÊNCIA DE DECISÃO DO STJ CUJA EFICÁCIA DEVA SER ASSEGURADA. RECLAMAÇÃO. VIA INIDÔNEA. FALTA DE INTERESSE PROCESSUAL. PETIÇÃO INICIAL. INDEFERIMENTO.

1. Destina-se a reclamação a preservar a competência do STJ ou a garantir a autoridade das suas decisões (art. 187, caput, do RISTJ).

2. Inexistindo comando positivo deste Sodalício sobre a matéria decidida no julgamento reclamado, há de ser indeferida a petição inicial, por falta de interesse de agir.

3. A reclamação não é instrumento processual adequado para o exame do acerto ou desacerto da decisão impugnada, como sucedâneo de recurso. Precedentes.

4. Agravo regimental não provido.

(AgRg na Rcl 2.425/PR, 1ª Seção, Rel. Min. **Castro Meira**, DJ de 27.8.2007)

Com esse norte hermenêutico, observa-se, na hipótese dos autos, que a Vice-Presidência do Tribunal local inadmitiu o recurso especial aos fundamentos de que incidência da Súmula n.º 284/STF e de "(...) *o acórdão recorrido amolda-se aos entendimentos consolidados pelo STJ*" (fl. 12), de modo que não há comprovação efetiva, direta, objetiva e positiva de que a instância *a quo* tenha deixado de obedecer qualquer decisão proferida pelo STJ, porquanto o ora reclamante fundamenta sua insurgência no argumento precípua de que "(...) *Resta demonstrada, assim, a divergência perpetrada pelo acórdão reclamado, com o Recurso Especial Repetitivo n.º 1.497.831/PR, Rel. Min. Maria Isabel Gallotti, razão pela qual a decisão reclamada há de ser completamente reformada*" (fl. 8), em clara tentativa de utilizar a reclamação como sucedâneo recursal, olvidando-se, como seria de rigor, de demonstrar o **comando judicial** apto a caracterizar o eventual descumprimento de decisão desta eg. Corte Superior.

Como bem ressaltado pelo representante do Ministério Público Federal em seu parecer, "(...) *não se vislumbra a existência de quaisquer das hipóteses de cabimento da reclamação, uma vez que a decisão impugnada não violou a competência dessa Corte Superior, não contrariou enunciado de súmula vinculante, decisão do Supremo Tribunal Federal em controle concentrado de constitucionalidade, acórdão proferido em julgamento de incidente de resolução de demandas repetitivas ou de incidente de assunção de competência.*" (fl. 2.152).

A propósito, confirmam-se os seguintes precedentes:

AGRAVO INTERNO NA RECLAMAÇÃO. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS DO ART. 988 DO CPC/2015. UTILIZAÇÃO COMO SUCEDÂNEO RECURSAL. IMPOSSIBILIDADE.

AGRAVO DESPROVIDO.

1. A reclamação (art. 105, I, f, da Constituição da República) tem por finalidade tornar efetivas as decisões proferidas, no próprio caso concreto, em que o reclamante tenha figurado como parte, não servindo para a preservação da jurisprudência desta Corte ou, ainda, como sucedâneo recursal.

2. Após a utilização de todas as vias recursais disponíveis, o reclamante propõe a presente reclamação com a nítida pretensão de insistir em tese jurídica reiteradamente rechaçada, finalidade que não se coaduna com as hipóteses constitucionais de seu cabimento.

3. Agravo interno desprovido.

(AgInt na Rcl 36.756/MG, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 20/08/2019, DJe 23/08/2019)

AGRAVO INTERNO. RECLAMAÇÃO CONTRA ACÓRDÃO DA QUARTA TURMA EM RECURSO ESPECIAL. UTILIZAÇÃO COMO SUCEDÂNEO RECURSAL.

1. É defesa a utilização da reclamação como sucedâneo recursal.

Precedentes.

2. No caso, verifica-se que esta ação foi ajuizada contra acórdão proferido pela Quarta Turma no REsp 1.592.747/RJ, o que não se enquadra em nenhuma das hipóteses de cabimento previstas no art. 988 do CPC, ressoando inequívoco o intuito de reforma daquela decisão pela via inadequada.

3. Agravo interno não provido.

(AgInt na Rcl 37.086/DF, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 26/06/2019, DJe 28/06/2019)

E ainda: **AgInt na Rcl 34.428/RS**, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 12/06/2019, DJe 19/06/2019; **AgInt na Rcl 34.010/PE**, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 10/10/2018, DJe 23/10/2018; **Rcl 32.937/RN**, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 28/06/2017, DJe 01/08/2017.

2. Ante o exposto, **indefere-se** a presente reclamação porquanto não configurada a hipótese de preservação da competência do STJ (art. 105, I, "f", da CF c/c o art. 187 do RISTJ).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator